

Leitura e Produção Textual Acadêmica I

1º
Período

Marcos Baltar

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti

Diva Zandomenego

Florianópolis - 2011

Enfim, é bom reiterar, você deve estar consciente de que os elementos obrigatórios a que nos referimos ao longo desta discussão precisam ser respeitados em nome da funcionalidade do gênero. Não é possível haver um fichamento que não indique o tema da ficha (mesmo que essa indicação seja feita no arquivo virtual), seu texto-fonte e o conteúdo resumido do texto-fonte (as citações ou os comentários). Lembramos que o fichamento entregue ao professor dispensa a capa, componente que é incompatível com o caráter conciso, prático e objetivo do gênero. Dados mínimos de identificação, porém, precisam ser registrados quando as fichas são entregues presencialmente ao professor, o que justifica a sugestão de fazê-lo sob forma de nota de rodapé, recurso comum em artigos publicados em periódicos universitários.

2.2 Resumo

Esta seção está estruturada para que, tendo-a estudado, você seja capaz de reconhecer a configuração acadêmica e a finalidade de **resumos indicativos** ou **descritivos** (incluindo **resumos** para **trabalhos acadêmicos monográficos** e afins), os quais não dispensam a (re)leitura dos textos-fonte, e **resumos informativos** ou **analíticos** (incluindo **resumos** para seu **estudo** na condição de aluno(a) e **resumos** para **fichamentos**), os quais podem dispensar a (re)leitura dos textos-fonte. O reconhecimento dessa variabilidade e de suas características visa habilitar você para produzir resumos nessas configurações.

2.2.1. Resumos: definições, finalidades, formatações e particularidades

O *resumo* é um gênero textual/discursivo cuja finalidade é o registro das informações básicas sobre um texto, quer objetivando difundir tais informações, quer visando auxiliar o aluno em seus estudos teóricos, quer buscando informar ao leitor previamente o conteúdo de um trabalho acadêmico. Nessa perspectiva,

O resumo é uma forma de reunir e apresentar, de maneira concisa, coerente e frequentemente seletiva, as informações básicas de um texto preexistente. Em outras palavras, é a condensação de um texto, pon-

do-se em destaque os elementos de maior interesse e importância. (FLÔRES; OLÍMPIO; CANCELIER, 1994, p. 138)

Resumir implica veicular informações do texto-fonte suficientes e relevantes para o registro dos eixos desse mesmo texto. Assim, o nível informacional de um resumo exige a seleção cuidadosa dos conteúdos a partir do critério da relevância (GRICE, 1975) desses conteúdos para dar conta da intencionalidade do autor. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1983).

Segundo a Norma Brasileira de Referência – NBR 6028 (ABNT, 2003b), da Associação Brasileira de Normas Técnicas, resumo é uma apresentação “[...] concisa dos pontos relevantes de um documento” e pode ser classificado em três tipos diferentes:

Resumo indicativo: Indica apenas os pontos principais do documento, não apresentando dados qualitativos, quantitativos etc. De modo geral, não dispensa a consulta do original.

Resumo informativo: Informa ao leitor, finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal modo que possa, inclusive, dispensar a consulta do original.

Resumo crítico: Resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de *resenha*. Quando analisa apenas uma determinada edição entre várias, denomina-se *recensão*.

Ainda que a ABNT prescreva tal distinção no uso dos termos, a tradição acadêmica tem legitimado o uso do termo *resenha* para ambos os casos.

Respeitando essa normalização da ABNT, permitimo-nos, aqui, proceder a uma subclassificação particularizada dos dois primeiros tipos de resumo, optando por abordar a **resenha** ou **recensão** na seção 2.3. Utilizamos, então, a seguinte subdivisão: a) **resumo indicativo**: com foco no resumo para trabalhos acadêmicos; e b) **resumo informativo**: com foco no resumo como instrumento para estudo por parte dos alunos e para fichamento.

a) Resumos indicativos – foco no resumo para trabalhos acadêmicos

Em trabalhos de conclusão de curso — TCCs — em artigos, em monografias, em dissertações de mestrado e em teses de doutorado, é necessária a aposição de um resumo que **indique** objetivos, métodos, resultados e conclusões de tais estudos, observando, segundo a NBR 6028 (ABNT, 2003b, p. 2) anteriormente aludida, a seguinte extensão:

- de 150 a 500 palavras os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos;
- de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos;
- de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves.

Como podemos inferir, resumos dessa natureza têm caráter **indicativo**, por isso não dispensam a leitura dos textos-fonte porque tais resumos apenas indicam o conteúdo desses textos. A partir dessa indicação, o leitor mapeia as informações básicas para, por exemplo, decidir, preliminarmente, se os trabalhos de conclusão de curso – TCCs –, os artigos, as monografias, as dissertações ou as teses que têm em mão atendem a suas necessidades de leitura ou não. Importa referir, enfim, que tais resumos compõem o próprio documento; logo, os seus autores estão dispensados do registro da referência bibliográfica a que aludem.

b) Resumos informativos – foco no resumo como instrumento para estudo por parte dos alunos e para fichamento

Diferentemente das situações sociocomunicativas referidas na subseção anterior, há ocasiões que demandam resumos com um nível informacional que assegure ao produtor do resumo (e a seus leitores) a possibilidade de não ter de voltar ao texto-fonte e retomar os eixos de sentido sobre os quais está estruturado. Há, evidentemente, uma série de circunstâncias em que esse tipo de resumo é requerido. Vamos nos fixar, aqui, em duas circunstâncias específicas:

- ocasiões em que o aluno deve resumir o conteúdo do material lido para dar conta do estudo desse material, ou seja, quando lhe cabe registrar os eixos de sentido do material lido de modo a traduzir o domínio desse conteúdo em si mesmo – para uma apresentação em aula, para uma prova etc., situações em que não lhe será dado retomar o texto-fonte;
- ocasiões em que o aluno procede ao fichamento de uma obra ou de parte dessa obra, para dar conta dos eixos de sentido do conteúdo lido, porque não poderá dispor dessa mesma obra no futuro. É o caso de livros tomados como empréstimos, tanto de acervos públicos, quanto de acervos particulares.

Quanto às referências bibliográficas, segundo a NBR 6028 (ABNT, 2003b), deve haver tal registro nos resumos, o que, inferimos, aplica-se a resumos **informativos**, os quais devem ser precedidos do registro claro e preciso da fonte bibliográfica a que se referem, uma vez que, diferentemente dos resumos **indicativos** focalizados nesta unidade, os **informativos** não fazem parte do documento a que aludem.

2.2.2 Considerações da ABNT atinentes a ambos os tipos de resumos

As prescrições da NBR 6028 (ABNT, 2003b) determinam que os resumos sejam compostos de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos, ou seja, trata-se do que chamamos “texto corrido” e não texto esquemático. No caso dos resumos para trabalhos acadêmicos, deverão ser redigidos em um só parágrafo. Segundo a norma em questão:

A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação etc.)

Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular.

[...]

Devem-se evitar:

- a) símbolos e contrações que não sejam de uso corrente;
- b) fórmulas, equações, diagramas etc., que não sejam absolutamente necessários; quando seu emprego for imprescindível, defini-los na primeira vez em que aparecem. (ABNT, 2003, p. 2).

Assim, tendo registrado linhas gerais de nossa discussão e aspectos fundamentais da NBR 6028 que dispõe sobre resumos, passemos, agora, a uma reflexão mais pormenorizada sobre o ato de resumir e sobre cada um dos resumos focalizados nesta seção.

2.2.3 O ato de resumir textos *versus* o ato de ler

O ato de resumir textos tem como primeiro comportamento implicado o ato de ler de modo proficiente textos em diferentes gêneros tex-

tuais/discursivos. A exemplo do que discutiremos na Unidade C deste livro, a leitura instaura um “diálogo” com o autor, com a esfera em que o texto circula, com os outros textos que já foram produzidos historicamente, de modo que autor e leitor compartilhem conhecimentos e atualizem sentidos de forma responsiva. Isso ocorre porque a leitura não é uma atividade passiva; trata-se de um comportamento ativo do leitor, que, para construir os sentidos do texto, recorre a seu conhecimento prévio e se “esforça” para compreender o conteúdo veiculado pelo autor.

Essa é uma atitude indispensável no ato de resumir, o qual requer, preliminarmente, leitura atenta do texto-fonte integral de modo a apreender os eixos de sentido sobre os quais ele se estrutura, o que ganha especial importância, no âmbito desta disciplina, em se tratando de textos científicos.

Na atividade de **resumo**, tanto quanto em outras atividades relacionadas à leitura e à produção de textos do discurso acadêmico, importa distinguir, especificamente, textos da esfera científica de textos da esfera literária. Essa distinção nem sempre tem fronteiras tão rigorosas, porque pode haver interpenetrações entre tais textos/discursos e esferas. Você será convidado(a) a refletir mais profundamente sobre essas questões (discussões do que seja o discurso literário, por exemplo) nas disciplinas de literatura. No momento, importa que, mesmo sem grandes pretensões de rigor, antecipemos algumas características distintivas desses textos, fazendo-o com base em Flôres, Olímpio e Cancelier (1994):

Textos científicos	Textos literários
1. Textos científicos são textos necessariamente técnicos.	1. Textos literários de maior extensão poderão contemplar trechos de textos técnicos, os quais estarão a serviço da ficção ou da poesia.
2. Focalizam temas ligados às ciências e se valem de termos técnicos com vistas a tentar provar verdades científicas.	2. Podem se valer de termos técnicos e de temas científicos, mas o fazem a serviço da arte literária.
3. Fundamentam-se na racionalidade, na objetividade e na lógica.	3. Suscitam emoções, valendo-se da ficção ou da poesia para tal; são marcados pela subjetividade.
4. Neles, prevalece a linguagem denotativa, evitando alegorias, sentido figurado.	4. Neles, prevalece a emotividade e dá-se amplo uso de conotação, alegorias, sentido figurado.

Textos científicos	Textos literários
5. Requerem linguagem simples, precisa, clara e direta tanto quanto observância rigorosa de padrões da língua escrita dita “cultura” (por ora, entendamos essa forma de escrita como a escrita das elites escolarizadas).	5. Linguagem a serviço dos sentidos ficcionais e poéticos; licenças para “infração” dos padrões dessa mesma escrita dita “cultura”.

Nesses textos, a leitura para resumo **indicativo** ou **informativo** exige o mapeamento de itens, como:

- a) gênero a que pertence o texto;
- b) assunto ou tema abordado pelo autor;
- c) focalização dada a esse assunto ou tema;
- d) objetivos ou intencionalidades do autor no trato desse foco;
- e) tese ou afirmação que o autor se empenha por defender ou comprovar ao longo do texto;
- f) argumentos, explicações, discussões, demonstrações de que se vale para tal defesa ou comprovação;
- g) conclusões a que chega ao final.

Caso se trate de textos literários, o resumo deverá focalizar os chamados *elementos da narrativa*, tais como *tempo*, *espaço*, *personagens*, com destaque, é claro, ao desenvolvimento do enredo. Não nos deteremos no resumo literário, deixando essa discussão para as disciplinas às quais cumpre tratar adequadamente dos elementos da narrativa e de itens afins. De todo modo, resumir um texto literário, a exemplo de resumir um texto científico, implica ler cuidadosamente o material escrito e depreender os eixos de sentido sobre os quais o texto se estrutura. Na narrativa ficcional, reiteramos, esses eixos de sentido se estabelecem normalmente sobre o enredo, que pressupõe a ação de personagens, em um determinado tempo e em um dado espaço.

Retornemos, pois, ao resumo de textos científicos, priorizados nesta seção. Importa, quanto a essa priorização, esclarecer que, embora se trate de um curso de Letras, no âmbito do qual a literatura tem amplo espaço

e singular importância, o ato de resumir textos científicos parece constituir um desafio adicional para acadêmicos, tanto de Letras quanto de quaisquer outros cursos. Assim acontece, em nosso entendimento, porque a apreensão de eixos de argumentação, historicamente, parece ter sido menos fácil para o estudante do que a reconstrução da urdidura de enredos de obras literárias. De todo modo, estamos certos de que resumos de obras literárias serão exercitados ao longo do curso, sobretudo a partir do domínio de princípios da teoria literária importantes para a produção de tais resumos.

Quanto ao resumo de textos científicos, Marconi e Lakatos (2007, p. 68, grifos das autoras) chamam atenção para o papel da leitura no ato de produzir tais textos. Segundo as autoras, aquele que escreve

[...] obedece a um plano lógico através do qual desenvolve as idéias em uma ordem hierárquica, ou seja, proposição, explicação, discussão e demonstração. É aconselhável, em uma primeira leitura, fazer um esboço do texto, tentando captar *o plano geral da obra e seu desenvolvimento*.

A seguir, volta-se a ler o trabalho para responder a duas questões principais: *De que trata este texto? O que pretende demonstrar? Com isso, identifica-se a idéia central e o propósito que norteiam o autor.*

Em uma terceira leitura, a preocupação é com a questão: Como o disse? Em outras palavras, trata-se de descobrir *as partes principais em que se estrutura o texto*. Esse passo significa a compreensão das idéias, provas, exemplos etc. que servem como explicação, discussão, demonstração da proposição original (idéia principal).

Segundo as autoras, importa, por ocasião da leitura, atentar, ainda, para a ordem em que aparecem as diferentes partes do texto. *A forma como o autor divide seu texto evidencia relações de causa e consequência, justaposição ou adição de argumentos, oposição de ideias, complementação de raciocínio, repetição de considerações já feitas, justificação de proposições e digressões (desenvolvimento de ideias até certo ponto alheias ao tema central do trabalho).* Na leitura para realização de resumos, advertem Marconi e Lakatos (2007), o leitor deve desconsiderar repetições, justificações e digressões porque nenhum desses comportamentos focaliza diretamente o eixo de sentidos sobre o qual o texto se estrutura.

As autoras, com isso, propõem quatro leituras:

- a) a primeira para mapear o texto;
- b) a segunda para depreender a ideia central e o propósito do autor;
- c) a terceira para assinalar as partes principais em que se estrutura o texto;
- d) a quarta leitura visa à compreensão do sentido de cada uma das partes, à anotação de palavras-chave e à verificação das relações entre cada parte do texto. O ato de resumir, como podemos ver, não pode se efetivar a partir de uma única leitura quer se trate de resumos **indicativos**, quer de resumos **informativos**.

É preciso que haja várias leituras, realizadas de modo sistemático, objetivando o mapeamento efetivo do foco sobre o qual o autor toma determinado assunto, da tese que se propõe a desenvolver, da forma como leva a termo a comprovação de sua tese e das conclusões a que chega ao final.

Feitas tais leituras, Flôres, Olímpio e Cancelier (1994, p.140) recomendam a redação do resumo – tanto **indicativo** quanto **informativo** – “[...] condensando as idéias, as partes, encadeando-as na progressão em que se sucedem no texto e estabelecendo a relação entre elas”. O passo final, segundo as autoras, é a comparação do resumo com o conteúdo do texto-fonte, a fim de testar sua precisão e fazer as revisões necessárias. Para elas, importa ressaltar que “[...] resumos de textos longos ou de livros, evidentemente, não devem ser feitos parágrafo por parágrafo. Deve-se, nesses casos, buscar a síntese do assunto através da análise das partes da obra” (FLÔRES; OLÍMPIO; CANCELIER, 1994, p. 140).

2.2.4 Particularidades dos resumos

Ainda com base em Flôres, Olímpio e Cancelier (1994, p. 141, grifos das autoras), destacamos algumas importantes orientações sobre as características do resumo – para resumos **indicativos**, desconsideremos as duas últimas características.

Um resumo bem elaborado deve ter as seguintes características:

- apresentar, de forma sucinta, objetiva, o assunto da obra, texto, artigo etc.;
- ser seletivo e não mera repetição sintetizada de todas as idéias do autor;
- evitar transcrições de frases do original e utilizar as próprias palavras de quem fez o resumo; quando cita as do autor, deve apresentá-las entre aspas;
- respeitar a ordem das idéias e fatos apresentados;
- empregar linguagem clara, objetiva e econômica. Deve-se optar sempre por palavras e expressões curtas;
- dar preferência à forma impessoal;
- deve ser composto de uma sequência corrente de frases concisas, diretas e interligadas;
- ser precedido de referência bibliográfica. Antes de iniciar o resumo, deve-se identificar o objeto de estudo por meio da citação bibliográfica (caso o resumo seja independente do texto a ser resumido);
- corresponder, em geral, a 1/3 do original.

Conhecidas essas características, é preciso que particularizemos algumas das considerações das autoras, as quais tratam de: citações, referências e extensão. Passemos a essas discussões.

• Citações no resumo

Em resumos informativos, ou em qualquer gênero acadêmico, não nos é permitido transcrever trechos de texto dos autores sem que isso seja marcado como citação. Nos resumos **indicativos**, porém, dada a sua brevidade, **não parece haver razões para fazer citações**, as quais normalmente estão presentes de modo significativo nos resumos **informativos**.

Transcrições de trechos de obras sem a marcação de citação constituem uma impropriedade acadêmica que não deve ocorrer em nossos textos, sob pena de termos de responder por esse tipo de comportamento indiscutivelmente condenável. Podemos e devemos referir o pensamento dos autores, o que faz parte de nosso dia a dia na universidade. Para

fazermos isso em textos escritos, porém, existe uma norma da ABNT que trata especificamente das citações em documentos – a NBR 10520 –, a qual você poderá acessar no *site* da Biblioteca Central da UFSC, conforme orientação anterior. De todo modo, vale particularizarmos, em linhas gerais, como tais citações devem ser feitas.

As citações, em resumos informativos e em outros gêneros acadêmicos, poderão ser feitas por dois sistemas de chamada: sistema *autor e data* e sistema *numérico*. Na NBR 10520 (ABNT, 2002b), você poderá conhecer em detalhes como proceder se optar por uma ou outra dessas formas de chamada. Sugerimos que opte pelo sistema de chamada *autor e data* que sintetizamos a seguir, pelo fato de ser mais comumente utilizado na universidade. Caso prefira o sistema *numérico*, remetemos você à NBR 10520. Em nossa disciplina, orientamos você a seguir o sistema *autor e data* que, aliás, adotamos neste livro e que passamos a descrever brevemente.

A primeira regra a considerar é que citações podem ser diretas (cópia exata do pensamento do autor) ou indiretas (reescrita do pensamento do autor com o uso de palavras do aluno produtor do texto, sem cópias). Ambas têm igual legitimidade, mas se prestam a finalidades distintas.

Para ilustrar nosso pensamento acerca de um tema, às vezes, vale copiarmos as ideias do autor da forma como estão veiculadas no texto, fazendo uma citação direta. Outras vezes, a cópia não atende a nossas necessidades em razão, por exemplo, da impropriedade da extensão do texto a ser copiado, ou em razão de não nos interessar o trecho em sua totalidade, mas a síntese das ideias nele contidas ou apenas partes, cá e lá, desse mesmo trecho. Nesses casos, parece mais apropriado o registro das ideias que nos interessam com nossas próprias palavras, marcando, porém, tais passagens como citações indiretas. A esse recurso chamamos *paráfrase*. Nessas citações, é preciso ter cuidado especial para não deturpar o pensamento dos autores.

Atenção! Nas citações diretas, é obrigatória a indicação da página; já nas indiretas, essa indicação é opcional. Veremos exemplos à frente.



Quanto à extensão, as citações diretas de até três linhas devem permanecer dentro do texto, marcadas com aspas. Podem, também, estender-se por mais de três linhas; nesse caso, devem ser recuadas da margem esquerda quatro centímetros e grafadas com espaçamento simples e em fonte menor que a fonte usada no texto. Essas características informam tratar-se de citação e dispensam, por isso, o uso de aspas. Há exemplos mais adiante.

• Citação direta dentro do texto com aspas

Como você poderá observar a seguir, a citação está registrada ao final do parágrafo; tem extensão menor do que três linhas, por isso faz parte do parágrafo, sem recuos em relação à margem esquerda e marcada apenas pelo uso de aspas. Trata-se de uma citação direta porque constitui cópia exata das ideias da autora. Só marcamos com aspas citações diretas cuja extensão é de até três linhas.

O lugar, os interlocutores, o papel por eles exercidos e a sociedade em geral influenciam no gênero e em como ele é utilizado. Assim, cada gênero desempenha um papel diferente e tem importância diferenciada. Vale lembrar que “[...] a competência sociocomunicativa dos interlocutores permite-lhes discernir o que é adequado ou inadequado no interior das práticas sociais em que se acham engajados” (KOCH, 2004, p. 160).

• Citação direta com recuo da margem esquerda

A seguir, você poderá observar uma citação, com esse recuo, que tem extensão de mais de três linhas. Ela deve vir recuada quatro centímetros da margem esquerda, em fonte menor que a usada no texto e com espaçamento simples entre as linhas. Trata-se, igualmente, de uma citação direta, cópia exata do texto lido. Só recuamos, à margem esquerda, citações diretas com mais de três linhas.

Segundo Kleiman (2001, p.16),

Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula, pois, para uma grande maioria dos alunos, ela é difícil demais, justamente porque não faz sentido.

Observemos, a seguir, particularidades no uso de citações relacionadas à forma como devemos referir o autor, indicar as páginas ou grifar passagens às quais queremos dar ênfase.

• Referências ao autor

Quando o nome do autor, nas citações, é parte de frase nossa, deve ser grafado apenas com inicial maiúscula; quando não fizer parte de nossa frase, estará referido entre parênteses e é grafado todo em maiúsculas. Veja os exemplos a seguir.

- a) *Nome do autor fora da frase* – Observe, na citação a seguir, que o nome da autora está escrito com letras maiúsculas e colocado dentro dos parênteses. Isso ocorre porque tal nome não compõe sintaticamente nenhuma de nossas frases.

O jeito de escrever uma carta de amor, por exemplo, é diferente do jeito de escrever um relatório empresarial. E a própria sociedade impõe essa diferença de comportamento, essa escolha de gênero, pois, desde pequenos, aprendemos a diferenciar os tipos de linguagem e as formas de usá-los adequadamente. Criamos uma competência metagenérica que nos possibilita saber utilizar cada gênero no seu devido momento. (KOCH, 2004).

Nome do autor dentro da frase - Na citação que segue, diferentemente da citação anterior, o nome da autora compõe sintaticamente uma de nossas frases. Logo, deverá ser escrito apenas com inicial maiúscula e deverá estar fora dos parênteses. Nos parênteses, será indicado o ano e, se for transcrição, a página. A indicação de página não acontece

na citação a seguir por não se tratar de citação direta, conforme registramos anteriormente.

O elemento que certifica a unidade semântico-conceitual de um texto é a “coerência”. Esse fator é resultado da organização das ideias do texto para criação de conceitos, determinando, assim, o próprio sentido do texto elaborado pelo produtor e que deve ser percebido pelo receptor desse texto, conforme concebe Val (1999).

- **Referência à página** – A indicação da página é obrigatória somente em citação direta, isto é, quando **copiamos** as palavras do autor. Em citações indiretas, ou seja, **quando parafraseamos o pensamento do autor**, a indicação da página é opcional – normalmente não a colocamos. Como você pôde ver nas citações anteriores, algumas delas indicavam a página, enquanto outras não o faziam. Aquelas que indicavam páginas eram **cópias**, citações diretas; aquelas que não as indicavam, eram paráfrases, ou seja, as ideias do autor foram referidas por meio de palavras do produtor do texto.
- **Apud** – Essa expressão significa “citado por” e é expressão usada sempre que mencionamos o pensamento de um autor em uma fonte secundária. Quando lemos FULANO em um texto de SICRANO e não na fonte primária, não lemos o texto escrito pelo próprio FULANO. Vejamos o exemplo a seguir no qual a fonte secundária é o livro de Val (1999) – nesse caso, lemos Beaugrande e Dressler não na obra por eles escrita, mas na referência feita a eles por Val. Isso é bastante comum no nível da graduação.

A *intertextualidade*, último fator de textualidade de Beaugrande e Dressler (1983 *apud* VAL, 1999), condiciona a compreensão de um texto ao conhecimento de outros textos.

• Grifos

Quando houver grifos, devemos indicar se são nossos ou do autor. Vejamos exemplos nas citações a seguir.

“Se o conceito de leitura está geralmente restrito à **decifração da escrita**, sua aprendizagem, no entanto, liga-se, por tradição, ao processo de formação global do indivíduo [...]” (MARTINS, 1994, p. 23, grifo nosso).

Tratava-se do “[...] desejo de criar uma literatura **independente, diversa**, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação de passado colonial [...]” (CANDIDO, 1993, v. 2, p. 12, grifos do autor), fez-se necessário rever posturas consolidadas até então.

• Supressões

Como você pôde observar nos exemplos até aqui, indicamos com colchetes e reticências supressões de trechos, o que acontece quando, por exemplo, não copiamos as frases do autor desde o seu início, quando omitimos parte das frases no meio ou quando não as copiamos até o final. Nesses casos, usamos: [...]. Você pode retomar as subseções anteriores em cujos exemplos nos valemos desse recurso.

• Interpolações

Ao fazermos uma citação direta, em nome da clareza do pensamento do autor citado, precisamos, muitas vezes, inserir palavras ou expressões de modo a que o leitor entenda efetivamente o conteúdo transcrito e as relações desse conteúdo com o nosso texto. Nesses casos, as palavras ou expressões inseridas deverão estar entre colchetes, como no exemplo a seguir.

Val (1999, p. 12) refere:

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias [a exemplo da propaganda], um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa.



Referências no resumo

Outra questão que merece nossa atenção, em se tratando tanto de resumos quanto de quaisquer outros gêneros acadêmicos, são as referências às obras e aos materiais aos quais recorreremos com vistas à produção de nossos textos. Há algum tempo, chamávamos a isso referências bibliográficas. Hoje, o adjetivo “bibliográficas” foi suprimido em razão do fato de que referimos arquivos virtuais de todo tipo que não se incluem na significação do adjetivo “bibliográfico”.

Há uma norma da ABNT específica para orientar a forma como devemos proceder para fazer tais referências. Trata-se da NBR 6023 (ABNT, 2002a), à qual você tem acesso por meio do *link* do AVEA que remete à Biblioteca Universitária da UFSC, como já registramos várias vezes. De todo modo, desde já, no resumo **informativo** que você irá realizar como atividade, deverá constar a referência ao texto conforme as normas da ABNT. Já o resumo **indicativo** prescinde de referências porque, como já informamos a você, ele compõe o documento que resume, deixando inequívoca, pois, a referência a que faz alusão. Recomendamos que você estude a NBR 6023 em sua integralidade, mas antecipamos, a seguir, algumas observações básicas sobre como referir livros ou parte de livros.

• **Padrão** - A referência à obra em sua integralidade é feita nesta ordem:

- a) sobrenome do autor, em letras maiúsculas, seguido de vírgula;
- b) prenome do autor, somente com inicial em maiúscula, seguido de ponto;

- c) título primário da obra em negrito, somente com a primeira inicial em maiúscula, seguido de ponto (Os títulos secundários não são marcados com negrito.);
- d) número da edição seguido de ponto e da expressão “ed.” (Marcamos apenas a partir da segunda edição da obra.);
- e) local de publicação seguido de dois pontos;
- f) nome da editora seguido de vírgula;
- g) ano de publicação seguido de ponto.

Veja o exemplo:

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
Obs.: Nos casos em que a cidade, sede da editora, não é a capital do Estado, convém incluir a sigla do Estado.

• Mais de um autor

Se houver mais de um autor, dá-se a separação dos nomes por ponto-e-vírgula. Veja o exemplo:

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

• Autor organizador

Quando um dos autores é organizador de escritos de um grupo de autores, precisamos indicar essa condição. Veja o exemplo:

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

• Capítulo de livro

Quando a referência é um capítulo específico de um livro escrito por vários autores, informamos o livro que contém tal capítulo, usando

a expressão “In.”, de modo a destacar a obra em si mesma e preservar a indicação do capítulo como parte dessa mesma obra. Veja o exemplo:

COSTE, Daniel. Leitura e competência comunicativa. In: GALVES, Charlot; ORLANDI, Eni Puccinelli; OTONI, Paulo (Orgs.). O texto: leitura e escrita. Campinas, SP: Pontes, 1997.



É claro que há várias outras fontes, tais como textos enciclopédicos, textos jurídicos, documentos sonoros etc., que requerem referências distintas. Nesses casos, remetemos você à NBR 6023, cujo acesso seguramente será recorrente na produção de seus textos acadêmicos. Por ora, limitemo-nos a esses registros básicos.

✿ Extensão dos resumos

No corpo do tópico intitulado “Particularidades dos resumos”, do qual este subtópico é parte, referimos concepções de Flôres, Olímpio e Cancelier (1994), segundo as quais resumos correspondem a cerca de um terço do conteúdo a ser resumido. Trata-se de uma concepção compartilhada por vários autores e professores da área. Podemos inferir, pois, que essa observação remete aos resumos **informativos**, dado que os resumos **indicativos** (dentre os quais incluímos o resumo de trabalhos acadêmicos), como a própria ABNT prescreve, na NBR 6028 (ABNT, 2003b), devem observar um espectro entre cinquenta e quinhentas palavras conforme o gênero do texto resumido. (A norma não explicita que esses limites se referem ao resumo **indicativo**, mas entendemos como possível essa inferência.)

Precisamos observar, no entanto, que há casos em que não parece ser justificável a manutenção de um terço do conteúdo e que essa prescrição pode engessar, em algumas circunstâncias, a fluidez do ato de resumir. Com isso, estamos querendo “dizer” a você que a extensão não deve ser determinada *a priori*, mas deve ser decorrência de uma avaliação cuidadosa sua, realizada por ocasião das leituras feitas. Nessa avaliação, importa que você depreenda os itens a que aludimos anteriormente (gênero, assunto ou tema, focalização etc.) e a relevância de estender-se mais neste ou naquele item, avaliada com base na grande questão: o re-

sumo tem de dar conta dos argumentos do autor os quais sustentam uma determinada tese sobre o tema focalizado.

Esses fatores devem nortear a produção de seu resumo – quer se trate de resumo **indicativo**, quer de resumo **informativo**, que, segundo a própria ABNT, devem ressaltar objetivos, método, resultados e conclusões do texto a ser resumido. “Método”, por exemplo, é um item de relevância em descrição de pesquisas que envolvem, em especial, geração de dados empíricos – aquelas pesquisas genericamente conhecidas como “pesquisas de campo”. O resumo do conteúdo de um livro, por exemplo, pode não demandar registro de métodos específicos usados pelo autor, mas seguramente registrará argumentos acerca da tese defendida por esse mesmo autor. Tais argumentos, insistimos, são de apreensão obrigatória no ato de resumir.

Há, por outro lado, textos permeados por exemplos, figuras, ilustrações e itens afins. Os exemplos, nos textos científicos, tendem a funcionar como “imagens”, ou seja, tendem a ilustrar os argumentos, de modo a favorecer a compreensão dos leitores. Logo, a relevância do registro, para fins de resumo, está nos argumentos em si mesmos e não nos exemplos ilustrativos. Há, ainda, textos marcados por paráfrases: quando os autores repetem, em outras palavras, argumentos e afirmações já registrados anteriormente no texto. As paráfrases, tanto quanto os exemplos, objetivam conferir maior clareza ao texto, buscando a compreensão pelo leitor, mas seguramente devem ser suprimidas em um resumo porque constituem repetições de ideias já veiculadas. Expressões como “isto é” e “ou seja” funcionam como introdutoras de paráfrases e, portanto, sinalizam repetições que devem ser desconsideradas por ocasião dos resumos.

Desse modo, entendemos que a extensão maior ou menor do resumo deve ser determinada pelo critério da relevância do que precisa ser registrado e do que pode ser suprimido. Isso não significa que devamos fazer resumos muito longos ou, ao contrário, resumos muito curtos. Os resumos **informativos**, que teoricamente dispensam a retomada dos textos-fonte, devem ter extensão suficiente para dar conta desses textos, liberando os leitores (e o autor do resumo) de voltar aos textos que lhes deram origem, mas não se ocupando, o próprio autor do resumo (nem ocupando seus leitores), com registros periféricos que funcionam como

“pano de fundo” para a argumentação do autor. A identificação dessas diferenças e a avaliação da relevância das informações exigem, pois, que sejamos leitores proficientes.

Com o conteúdo veiculado nesta seção, procuramos ter o cuidado de não registrar formas cristalizadas para produção de resumos, mas tão somente apontar caminhos – a própria NBR 6028 trata da questão de modo pontual e não exaustivo. Acreditamos que há várias possibilidades para a redação de textos desse gênero, o que depende, em grande medida, da forma como você se constrói como leitor e produtor desse gênero de texto e de sua compreensão global dessa atividade na esfera acadêmica.

Nos itens que mantivemos ao longo da seção, argumentamos em favor da necessidade de várias leituras do texto a ser resumido, cada uma com uma finalidade específica. Caracterizamos, também, os tipos de resumo de acordo com as situações sociocomunicativas em que se inserem, destacando algumas particularidades formais, como citações e referências, e salvaguardando a importância de você proceder ao estudo das normas da ABNT em sua integralidade.

2.3 Resenha

Esta seção está estruturada para que, tendo-a estudado, você seja capaz de reconhecer a configuração acadêmica e a finalidade da **resenha**. Trata-se de um gênero textual amplamente usado na universidade, em diferentes disciplinas e em contextos diversos.

2.3.1 Resenha: configuração acadêmica e finalidade

Começamos nosso estudo do gênero textual/discursivo **resenha** aludindo à NBR 6028, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resumo, a respeito da qual já tratamos em unidades anteriores. Essa norma, dentre os tipos de resumo que prevê, registra o **resumo crítico**, concebendo-o como “Resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. É também chamado de resenha” (ABNT, 2003b, p. 1).